

Ensino remoto e formação de professores de Geografia: a análise dos conteúdos de Geografia Agrária dos livros didáticos do PNLD 2020

Felipe Rangel Tavares¹

Arthur Barciela Pimenta²

Eduardo André dos Santos Ferreira³

RESUMO

Como nossas leituras acerca do campo e da produção agrícola foram e são construídas? Preocupados com a atuação dos futuros docentes na sala de aula e com os recursos didáticos utilizados – em especial os livros –, a disciplina Espaço Agrário e Educação no Campo focaliza as relações de produção no/do campo, a questão agrária e a questão agrícola, a educação rural e a educação no campo. Para isto, no período de 2021.1, propusemos como prática pedagógica mediada por tecnologias, a análise dos conteúdos de Geografia Agrária nos livros da coleção “Geografia Espaço e Interação”, da editora FTD, avaliados no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) do ano de 2020. Nosso objetivo foi proporcionar uma experiência de autonomia e criatividade na aprendizagem mediada por tecnologias a partir da análise dos conteúdos de Geografia Agrária nos livros didáticos.

Palavras-chave: Ensino remoto. Ensino de Geografia. Livro didático. PNLD.

1. Introdução

Compreender as relações sociais de produção do/no campo é fundamental para realizar leituras e análises críticas do mundo em que existimos, concebemos e construímos. Ainda que sediados na cidade, não é possível prescindir da questão agrária: a nossa alimentação, seja orgânica ou industrializada, está vinculada às lógicas de produção do campo.

De onde vem a batata, o tomate, o arroz e o feijão, os ovos, o leite, e os demais alimentos que estão em nossa mesa? Quem os produziu? Em que condições foram produzidos? Sabemos responder essas questões? Como nossas leituras acerca do campo e da produção agrícola foram e são construídas? Espera-se que, no contexto de uma educação que forma sujeitos críticos para o exercício pleno da cidadania, tais questões sejam respondidas.

É neste sentido que a disciplina “Espaço Agrário e Educação no Campo”, oferecida pelo curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Veiga de Almeida busca construir os conhecimentos e contribuir para a formação de docentes qualificados para mediar o processo

¹ Doutor em Geografia PUC-Rio, Professor da Universidade Veiga de Almeida-RJ. Professor de Geografia da Secretaria Municipal de Educação do município do Rio de Janeiro E-mail: tavares.geo@gmail.com.

² Estudante do curso de Geografia da Universidade Veiga de Almeida-RJ.

³ Estudante do curso de Geografia da Universidade Veiga de Almeida-RJ.

de ensino/aprendizagem. Preocupados com a atuação dos futuros docentes na sala de aula e com os recursos didáticos utilizados – em especial os livros –, a disciplina focaliza as relações de produção no/do campo, a questão agrária e a questão agrícola, a educação rural e a educação no campo.

Para isto, no período de 2021.1, propusemos como experiência “*maker*” (projeto da Universidade Veiga de Almeida que tem como premissa principal a “mão na massa”: realização de projetos como *podcasts*, vídeos e apresentações baseados nos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável da ONU ao final das disciplinas curriculares) a análise dos conteúdos de Geografia Agrária nos livros da coleção “Geografia Espaço e Interação”, da editora FTD, avaliados no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) do ano de 2020.

A experiência consistiu na análise dos conteúdos voltados para a discussão acerca das relações no campo, no Brasil e no mundo, na elaboração de um relatório e na produção de material audiovisual para divulgação dos resultados. O trabalho foi mediado por tecnologias, diante do contexto da pandemia da COVID-19, em que as aulas ocorreram de forma remota e preconizaram a utilização de outras ferramentas e multimídias.

Nosso objetivo é proporcionar uma experiência de autonomia e criatividade na aprendizagem a partir da análise dos conteúdos de Geografia Agrária nos livros do PNLD 2020, utilizando recursos multimídia, como vídeos, áudios e imagens. Buscamos promover o trabalho em equipe e o desenvolvimento da capacidade de inovação, tal como o fomento de novas formas de ensinar e aprender (RODRIGUES et al, 2016).

Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), esta prática é orientada pelo Objetivo 4, Educação de qualidade: *assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*

O propósito é estimular uma reflexão crítica acerca da realidade, comprometida com a inclusão e a equidade – pauta de suma importância para os movimentos sociais do campo, e que conteste as representações que sustentam as condições assimétricas, as violências e violações sofridas pelas populações do campo.

Na primeira parte deste artigo, discutimos o livro didático como recurso pedagógico e sua relação com a questão agrária e a educação do/no campo, com a finalidade de apontar o

necessário questionamento de paradigmas e representações que distorcem a realidade do campo. Em seguida, apresentamos as análises elaboradas pelos discentes do período 2021.1, que realizaram a disciplina Espaço Agrário e Educação no campo, com o intuito de verificar o aprendizado pautado na autonomia, na criatividade e no uso de tecnologias. O trabalho, portanto, constrói uma relação entre o livro didático, como recurso didático mais tradicional, e as novas tecnologias, como ferramentas que podem favorecer a aprendizagem.

2. A Geografia agrária e os livros didáticos

De acordo com Albuquerque e Ferreira (2019, p.250), os livros e manuais didáticos integram, até hoje, as práticas de ensino nas escolas, quando não são tomados, muitas vezes, como o instrumento principal que guia a ação docente. Silva (2012) apresenta uma retrospectiva do livro didático no ensino, que remonta ao período imperial, quando os manuais didáticos (em língua francesa ou traduzidos para a língua portuguesa) eram importados para atender os objetivos educacionais das classes economicamente privilegiadas, para quem a escola servia.

É somente a partir da década de 1930 que este quadro sofre alteração: durante a gestão de Francisco Campos no comando do Ministério da Educação e Saúde Pública do governo Vargas – buscando fortalecer os ideários nacionalistas do período – buscou-se a produção didática nacional, dentro de uma “padronização de programas e metodologias” (SILVA, 2012, p.808). Em 1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático, “estabelecendo o controle político e ideológico da produção e distribuição de livros didáticos no país pela ditadura Vargas” (idem). Albuquerque e Ferreira (2019, p.251) afirmam que é o Decreto-lei nº 1.006, de 10/12/38, que revela a primeira preocupação com o material, delineando “uma trajetória demasiadamente marcada pelos critérios estabelecidos pela ação governamental” (idem).

Na década de 1960, com o processo de democratização do ensino, novos setores sociais, até então excluídos das salas de aula, passam a demandar políticas de barateamento do material didático, culminando no subsídio do governo brasileiro à produção de livros didáticos. Em 1985, num contexto de redemocratização brasileira, o Ministério da Educação (MEC), institui o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que segundo o governo federal:

(...) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. (Ministério da Educação, disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso: 30 jul. 2021).

O funcionamento do PNLD é descrito por Silva (2012):

O PNLD funciona, grosso modo, da seguinte maneira. Uma equipe de pareceristas formada por professores/pesquisadores de diversas universidades públicas brasileiras e que, mais recentemente, incorporou alguns professores do ensino básico, produz um catálogo com uma resenha de cada uma das coleções aprovadas pela equipe para participar das edições trienais do programa. Por meio do Guia do Livro Didático e/ou de folders publicitários e/ou da análise direta dos livros, os professores de cada escola pública escolhem o livro com o qual trabalharão com seus alunos durante os três anos seguintes. Os livros solicitados em cada escola são encomendados junto às editoras e distribuídos gratuitamente aos estudantes. Cada estabelecimento de ensino pode solicitar novos títulos ou manter a escolha dos mesmos para uma nova compra a cada intervalo de três anos. (SILVA, 2012, p.811).

Os critérios de avaliação do PNLD são de ordem conceitual, ordem política e metodológica – o que tem contribuído para a qualidade dos livros didáticos (ALBUQUERQUE E FERREIRA, 2012) e, de acordo com Silva (2012, p.810), para o aumento do faturamento da indústria livresca no Brasil, já que, para as editoras, “ter um livro de seu catálogo escolhido por diversas escolas brasileiras é a garantia de uma vendagem certa”. Neste sentido, Silva (2012, p.817), que “esta política de aquisição em massa de livros didáticos (...) transformou-se num grande negócio que contribuiu para o processo de oligopolização e entrada do capital estrangeiro no setor editorial”.

Diante desta realidade, concordamos com Vlach (1987) quando aponta que é preciso ir além do livro didático. Isso porque, segundo a autora, o livro didático acaba definindo o método e o conteúdo da aula de Geografia, sem sequer mencionar algumas palavras sobre o método. Segundo Cordeiro (2009, p.29) a maioria dos livros didáticos não estão de acordo com a diversidade nacional, acarretando numa generalização onde a realidade prevalecente é a dos grandes centros urbanos brasileiros.

De acordo com Cordeiro (2009) a predileção pelo urbano, parte das pedagogias e currículos escolares, estabelece uma oposição entre cidade e campo, no qual a cidade é apresentada como “Lugar privilegiado, único pólo cultural e artístico” e o rural como “naturalmente e hierarquicamente inferior, além de dependente da cidade”. Trata-se, portanto,

da conjugação entre um lócus de enunciação urbanocêntrico e um paradigma de educação rural, uma educação reprodutora dos interesses ruralistas, que baseia-se na inferiorização e subalternização da vida rural e dos povos camponeses (CORDEIRO, 2009, p.19) – ou seja, aspectos que fomentam e reforçam a exclusão social, a desigualdade e violação dos direitos humanos.

Assim, embora os critérios de avaliação tenham passado por um refinamento ao longo dos anos, proporcionando um aumento na qualidade dos materiais didáticos produzidos pelas editoras, é preciso analisar se as informações e conteúdos presentes nos livros estão alinhados com processos de formação comprometidos a inclusão, a equidade, a sustentabilidade e demais princípios éticos e valores democráticos fundamentais para o exercício da cidadania.

3. Metodologia

A proposta consistia em analisar os quatro livros da Coleção Geografia Espaço e Interação, da editora FTD, referentes ao 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. A turma foi dividida em cinco equipes que deveriam produzir análises dos conteúdos e entregar um relatório e um vídeo como produtos finais. Por se tratar de um período de aulas virtualizadas devido a epidemia do vírus SARS Cov-2, o novo Coronavírus e a consequente necessidade de quarentenas e isolamento social, todos os processos da atividade foram realizados de forma remota - desde a análise dos materiais em reuniões utilizando das leituras sugeridas, disponibilizadas previamente em formato de documento ou disponíveis online, até a realização dos seminários no horário da aula.

A atividade, então, visou exercitar nos futuros docentes um olhar crítico e apurado em relação ao material didático, que muitas vezes é tido como intocável e detentor de um incontestável saber. Além de praticar e desenvolver a apresentação oral (no caso em formato do seminário em vídeo) e também o trabalho e cooperação em grupo, visto que para o sucesso da atividade, o debate entre os integrantes é de essencial importância.

4. Análise e Discussão dos Dados

Tomando os comentários de um dos grupos, explicitaremos, brevemente, alguns resultados que os alunos obtiveram na análise. Ao analisar o livro do 6º ano, os estudantes perceberam que o livro tinha como objetivo principal introduzir a disciplina trabalhando conceitos e conteúdos que serão estudados futuramente de forma mais profunda.

No decorrer da análise, observaram complicações diante do conteúdo, pois, apresentava a relação entre campo e cidade de uma forma superficial e da forma que ele é desenvolvido, dada pela complexidade de algumas questões para o discente, gerando uma responsabilidade maior no professor, que a partir de tal problema, teria que vir a fazer um esforço maior para desmistificar questões (que não condizem com a realidade) por meio de mais conteúdo, na tentativa de ser claro, dinâmico, objetivo e tendo a sensibilidade para não massificar os conteúdos e desgastar os estudantes.

O mesmo grupo, ao analisar o livro do 7º ano, relatou que o livro se mostrou o mais promissor, pelo fato de possuir um capítulo inteiro falando sobre questões do campo. Contudo, novamente não alcançou o objetivo de relatar questões inerentes ao campo, com conteúdo condizente com a realidade e as problemáticas persistem, a falta de conteúdo no livro, abriu novas responsabilidades e atribuições ao professor, assim o grupo questionou se a falta de informações consistia numa omissão ou em uma mera falta de detalhes. Tais exemplos servem como ferramenta de análise acerca dos materiais didáticos que estão sendo utilizados nas aulas.

Com a finalidade de apresentar os resultados de forma mais dinâmica e sintetizada, construímos um infográfico, figura 01, que traz os principais desdobramentos feitos pelos grupos ao apresentar suas análises.

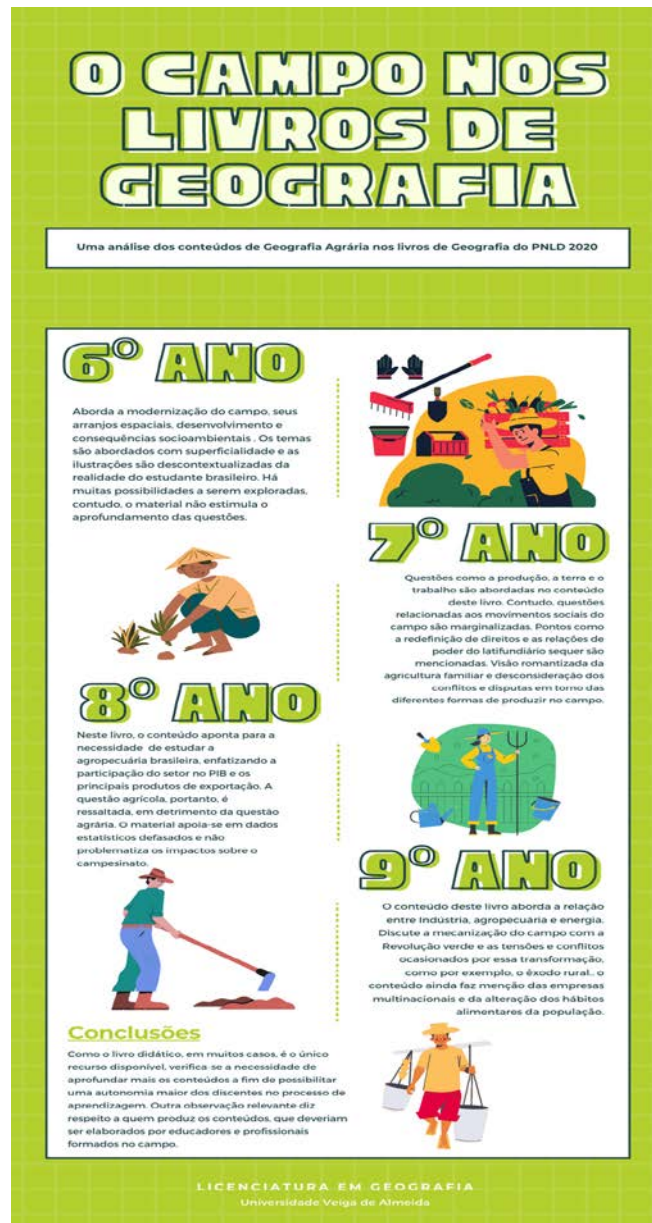


Figura 1. Infográfico “O campo nos livros de Geografia do PNLD 2020”.

5. Considerações finais

Visto a complexidade dos caminhos que os processos que preexistem nas escolhas dos livros e materiais, nota-se a importância dos exercícios da criticidade ao analisar e escolher os livros e materiais didáticos usados em aula.

Além disso, destaca-se a relevância de abordar sobre os “métodos alternativos” de produção, pois, quem não possui vivência no campo, e detém o livro didático como a única fonte de informação, pode incorrer em generalizações a respeito dos fenômenos existentes no

Revista Tecnologias na Educação – Ano 13 – Número/Vol.36 – Edição Temática XVII - Fórum Práxis Educativas e Chão da Escola - tecnologiasnaeducacao.pro.br / tecedu.pro.br

campo: a crença de que a mecanização do campo, a monocultura e o uso de pesticidas nos grandes latifúndios, são os únicos meios de produção possíveis para a produção de alimentos.

Para além dessas questões, ao se aprofundar nas discussões, pode-se observar que essas questões cooperam para a subalternização de classes específicas, para atender os anseios do capitalismo. Sobre os “métodos alternativos”, a Geografia estabelece diálogos com a Agroecologia, que segundo CUNHA (2014), surge como proposta de uma Agricultura alternativa e como resposta ao longo do século XX, assim abrindo espaço para a Agroecologia como prática e movimento, até como ciência.

O resultado da experiência foi amplamente satisfatório. O relatório escrito tal qual o seminário, possuíam bom embasamento teórico e certo grau de criticidade com relação às obras didáticas trabalhadas. Os alunos constataram durante suas pesquisas, o predomínio do debate sobre a questão agrícola, deixando as abordagens socioeconômicas, como o processo histórico da concentração fundiária, os movimentos sociais do campo e suas reivindicações limitados a notas de rodapé e outras poucas caixas de curiosidades.

Outra perspectiva interessante levantada por um dos grupos é a maior presença de informações no livro do professor em relação ao livro do aluno, contribuindo assim para uma relação onde o professor é o total detentor do conhecimento e apenas o transmite para os discentes, não há assim uma construção coletiva do saber.

Compreendendo o entendimento e influência que o docente exerce na aplicação de métodos, didáticas e materiais que irão fundamentar a prática pedagógica em sala de aula ou fora dela, nota-se a necessidade do profissional da educação analisar o material didático juntamente com o corpo docente da escola.

Além disso, é fundamental o papel da unidade escolar avaliar se tais materiais condizem com a realidade vivenciada pelos agentes que são considerados nos fatores enaltecidos nos materiais didáticos e pelos estudantes. Assim, durante a formação do profissional de educação, é importante a existência de exercícios e experiências que tenham como o objetivo levar o estudante em formação a incluir a reflexão acerca dos materiais, principalmente ao fomentar o questionamento sobre sua prática docente.

Vale ainda destacar, que além da relevância para a vida profissional de cada um dos integrantes, futuros docentes de Geografia da educação brasileira, a realização da atividade se mostrou amplamente satisfatória no contexto de virtualização das aulas e a necessidade de

Revista Tecnologias na Educação – Ano 13 – Número/Vol.36 – Edição Temática XVII - Fórum Práxis Educativas e Chão da Escola - tecnologiasnaeducacao.pro.br / tecedu.pro.br

utilização de tecnologias como uso de aparelhos com acesso à internet como Smartphones, computadores e Notebooks. Tendo sido atividade, portanto, realizada com o mesmo nível de empenho e desempenho em comparação com última turma da disciplina no semestre 2019.2, que a realizou de forma presencial, com encontros e reuniões presenciais e analisando os materiais e textos físicos.

6. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, E. B. C. de; FERREIRA, A. T. B. Programa nacional do livro didático (PNLD): **mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2019, v. 27, n. 103, pp. 250-270, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701617>>. Acesso: 29 jul. 2021.

CORDEIRO, T. G. B. de F. e. Ensino de Geografia, Educação Rural e Educação do Campo: **modernidade, subalternidade e resistência**. Revista Tamoios, ano V, n.2. pp.16-40, 2009.

CUNHA, A. P. da. Diálogo entre Geografia e agroecologia: **reflexões sobre território, desenvolvimento e colonialidade**. Revista Terra Livre, São Paulo, ano 29, vol.2, n.34, 2014.

RODRIGUES, A. M. P; CÂMARA, J. F; NUNES, V. W. Movimento *maker*: **uma proposta educacional inovadora**. Revista do Seminário Mídias & Educação do Colégio Pedro II, n.2, 2016. Disponível em:

<<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/midiaseeducacao/article/view/942>>. Acesso: 30 jul. 2021.

SILVA, M. A. **A fetichização do livro didático no Brasil**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.37, n.3, pp.803-821, 2012.

VLACH, V. R. F. Fragmentos para uma discussão: **método e conteúdo no ensino da Geografia de 1º e 2º graus**. Revista Terra Livre, n.2, pp.43-58, 1987.

Recebido em Outubro 2021

Aprovado em Novembro 2021